Proc. TC-000.538/2003-0
Recurso de Revisão

Parecer

Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelos herdeiros do Senhor Alter Alves Ferraz em face do Acórdão n.º 342/2007 – Plenário (peça n.º 10, pp. 4/5), por meio do qual o Tribunal condenou o aludido responsável ao pagamento do débito de R\$ 20.170,40, solidariamente com os Senhores Gilton Andrade Santos, Francisco Campos de Oliveira e Arthur Henrique Barbosa de Sousa, e aplicou-lhes multa no valor de R\$ 3.000,00, em razão de desapropriação por via administrativa referente a área já usucapida pela União.

2. Refêrido *decisum* foi parcialmente modificado mediante o Acórdão n.º 1.595/2010 – Plenário, o qual deu provimento parcial apenas ao Recurso manejado pelo Senhor Arthur Henrique Barbosa de Sousa, para fins de afastar a sua condenação em débito, mantendo-se, no entanto, os demais termos do acórdão recorrido (peça n.º 10, p. 52). Por sua vez, o Acórdão n.º 248/2013 – Plenário tornou insubsistente a multa aplicada ao Senhor Alter Alves Ferraz, ante o seu falecimento anterior ao trânsito em julgado do acórdão condenatório (peça n.º 35).

3. A Serur, em sua derradeira manifestação, considera insubsistente o débito inicialmente apurado pelo Tribunal, sob o fundamento de que, em sintonia com os parâmetros traçados no acórdão proferido em sede de Uniformização de Jurisprudência (Acórdão n.º 1.180/2010 – Plenário), a emissão de portaria reconhecendo a utilidade do imóvel interrompeu o escoamento da prescrição vintenária, o que redundaria na inexistência de ilegalidade no procedimento de pagamento efetuado em 20/12/1996 e, por conseguinte, na insubsistência do próprio débito dele decorrente.

4. Nesse sentido, apesar de algumas deficiências nos procedimentos de desapropriação efetivados pelos agentes do DNER – 11.º Distrito, restaria afastado o dano, razão pela qual a Unidade Instrutiva propõe o conhecimento do revisional, para fins de lhe dar provimento e afastar a condenação em débito dos responsáveis, mantendo-se, contudo, a irregularidade das contas e as multas anteriormente aplicadas (peças n.ºs 149, 150 e 151).

5. Embora concordemos com a análise meritória empreendida pela Serur, entendemos que as eventuais máculas remanescentes nos procedimentos de desapropriação promovidos pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER – 11.º Distrito/MT, além de não terem sido objeto de chamamento específico dos responsáveis, não ensejaram dano ao erário e nem mesmo representaram ilegalidade do procedimento em si, motivos pelos quais não se prestam à manutenção do juízo pela irregularidade destas contas especiais.

6. A propósito, registre-se que em recente julgado da lavra da eminente Ministra Ana Arraes, tratando de situação de todo semelhante à ora tratada, o Tribunal deu provimento ao Recurso de Revisão interposto pelo mesmo responsável, Senhor Alter Alves Ferraz (substituído pelos seus herdeiros), para fins de julgar regulares as contas de todos os responsáveis (Acórdão n.º 536/2016 – Plenário), desfecho que deve ser também conferido a este processo, dada a identidade do contexto fático.

7. Com essas breves considerações, esta representante do Ministério Público se manifesta em consonância com a análise de mérito desenvolvida pela Serur, sugerindo, no entanto, o conhecimento do Recurso de Revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento, com o fito de se julgar regulares as contas dos responsáveis e lhes dar quitação, fazendo-se as comunicações de praxe e arquivando-se o feito.

Ministério Público, 15 de março de 2016.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral